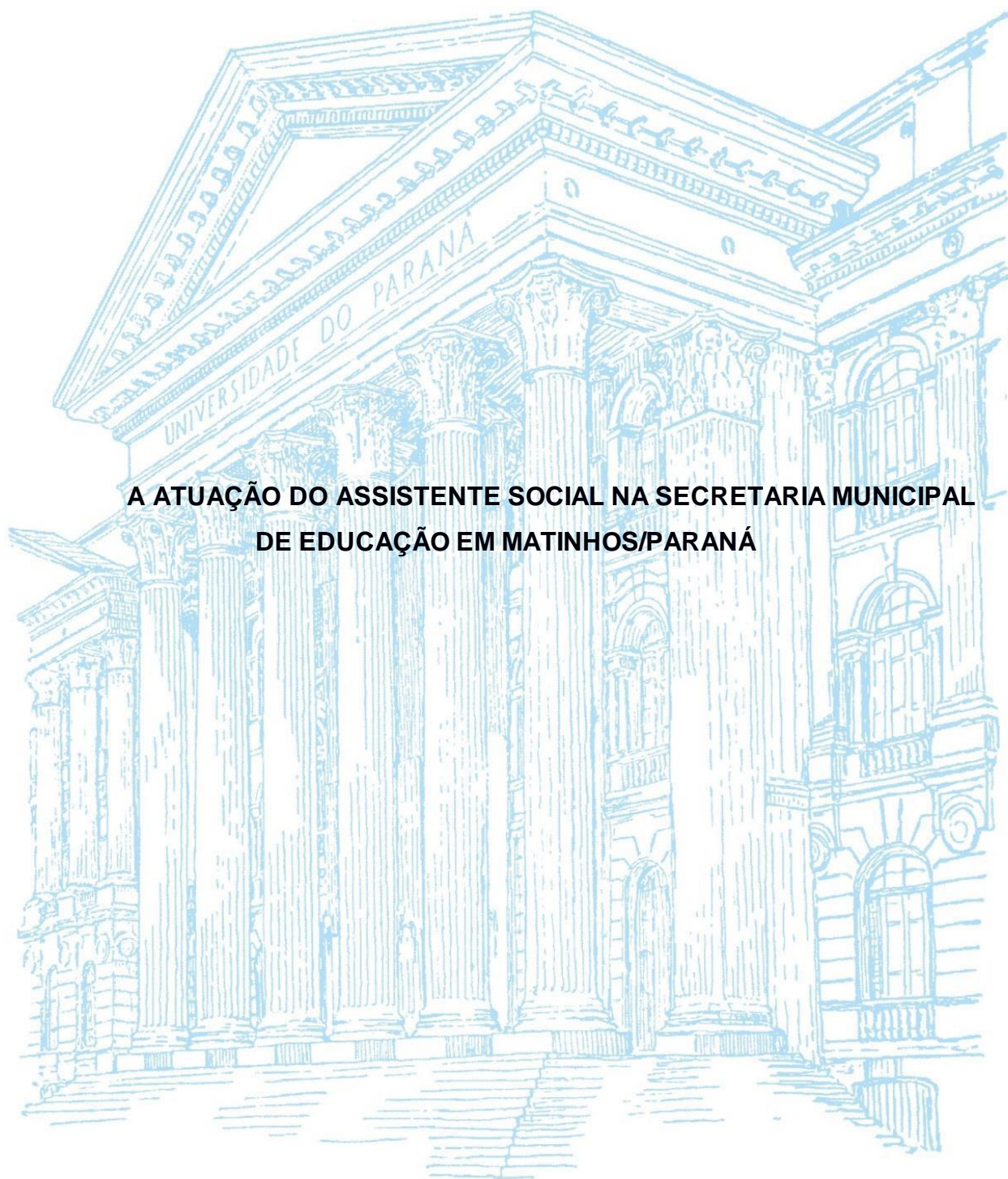


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA DA SILVA CHAGAS



**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO EM MATINHOS/PARANÁ**

MATINHOS

2018

MARINA DA SILVA CHAGAS

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO EM MATINHOS – PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Flavia
Granzotto Fachini

Matinhos

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

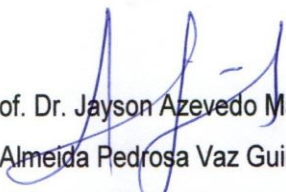
MARINA DA SILVA CHAGAS

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO EM MATINHOS/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, da Câmara do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.


Profa. Msc. Flavia Granzotto Fachini

Orientadora – Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná


Prof. Dr. Jayson Azevedo Marsella
de Almeida Pedrosa Vaz Guimarães

Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná


Prof. Msc Antonio Sandro Schuartz

Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Matinhos, 06 de Dezembro de 2018.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, aos meus pais Dirceu e Lucia, ao meu esposo Juliano, meu filho Luis Fabiano e a toda minha família e amigos que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar á Deus que esteve sempre ao meu lado me dando força, ânimo e crença para não desistir e continuar lutando por este meu sonho e objetivo de vida. A ele eu devo minha eterna gratidão.

Agradeço imensamente ao meu Pai Dirceu e minha Mãe Lucia, pelo apoio, incentivo e por me ajudarem a cuidar do meu filho Luis Fabiano para que eu estivesse dentro das salas de aula, vocês são meus alicerces.

Ao meu Esposo Juliano pela paciência e apoio, seu amor e carinho foram de uma importância impar para a concretização deste sonho, obrigada amor por toda dedicação comigo e pela ajuda em cuidar do nosso filho.

Agradeço ao meu filho Luis Fabiano, luz da minha vida, por estar sempre ao lado e me apoiando, quando muitas vezes pensei em desistir seu sorriso e amor me deram forças para querer continuar.

Não poderia deixar de agradecer e expressar meu eterno amor e saudade da minha querida Tia Raquel, ao meu primo Mário e a minha avó Celina (Todos in memoriam), sei que de onde vocês estão me deram forças e me ajudaram a continuar quando eu mais precisei.

Minha família e amigos a vocês eu deixo uma palavra gigante de agradecimento. Hoje sou uma pessoa realizada e feliz porque não estive só nesta longa caminhada. Vocês foram meu apoio.

A esta instituição tão imponente eu agradeço pelo ambiente propício à evolução e crescimento, bem como a todas as pessoas que a tornam assim tão especial para quem a conhece. Ao longo de todo meu percurso eu tive o privilégio de trabalhar de perto com os melhores professores, educadores, orientadores. Sem eles não seria possível estar aqui hoje de coração repleto de orgulho.

Em especial a minha orientadora Flávia Fachini, pela dedicação que teve comigo, suas indicações, correções e construção foram essenciais para me inspirar, obrigada pela paciência e carinhos para comigo.

Além da minha orientadora no campo de estágio Darlene Venâncio Diniz que me ensinou muitas coisas, além de ser uma grande fonte de inspiração para a efetivação deste trabalho. A você minha eterna gratidão.

A minhas amigas Leticia, Janayna e Rafaela gostaria de dizer o quanto são especiais para mim, agradeço todo o apoio e carinho comigo. A nossa amizade é da Universidade para a vida.

Agradeço também a todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. A quem não mencionei, mas esteve junto eu prometo reconhecer essa proximidade, ajuda e incentivo todos os dias da minha vida.

Essa vitória tem sabor das dificuldades superadas, do dever cumprido, das sólidas amizades e dos momentos inesquecíveis compartilhados.

Obrigada por acreditarem e mim. Por mim e por vocês eu venci.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.
(Marthin Luther King)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC aborda a atuação do Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos-Pr.

O trabalho realizado é fruto do estágio curricular que possibilitou compreender e analisar a atuação do Serviço Social na política de educação, onde apresenta como objetivo geral é sistematizar a atuação do/a profissional do Serviço Social inserido na Educação no Município de Matinhos/PR. A metodologia da pesquisa utilizada para compreender o objeto de estudo foi à pesquisa qualitativa, com a revisão bibliográfica e documental neste campo de conhecimento, e na pesquisa de campo foi utilizada a entrevista semiestruturada com a Assistente Social inserida na Secretaria de Educação em Matinhos/PR. O trabalho apresenta uma breve contextualização sobre política de Educação no Brasil, resgata a inserção do Serviço Social junto á essa política além da atuação da Assistente Social da Educação inserida no município de Matinhos-Pr. Desse modo, o presente estudo tem como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a presença do Serviço Social na Educação, bem como debater a inserção e a prática desses profissionais no espaço educacional.

Palavras-Chaves: Serviço Social na Educação. Secretaria de Educação. Matinhos/PR.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course - TCC addresses the work of the Social Worker in the Municipal Department of Education in the Municipality of Matinhos-Pr. The work carried out is the result of the curricular stage that made it possible to understand and analyze the performance of Social Service in education policy, where it presents as general objective to analyze the work of the Social Work professional inserted in Education in the Municipality of Matinhos / PR. The research methodology used to understand the object of study was qualitative research, with bibliographical and documentary revision in this field of knowledge, and in the field research was used the semistructured interview with the Social Worker inserted in the Secretary of Education in Matinhos / PR . The paper presents a brief context on Education policy in Brazil, rescues the insertion of Social Service in this policy in addition to the work of the Social Worker of Education inserted in the municipality of Matinhos-Pr. Thus, the present study aims to contribute to the discussion process about the presence of Social Service in Education, as well as to discuss the insertion and practice of these professionals in the educational space.

Keywords: Social Service in Education. Secretariat of Education. Matinhos / PR.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CEP - Código de Ética Profissional.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

CFB- Constituição Federal do Brasil.

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil.

CONANDA – O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.

FICA - Ficha do Aluno Ausente.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

MPF - Ministério Público Federal.

PAC - Professor de Apoio à Comunicação Alternativa.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	16
3. PROTOFORMAS DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	19
4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	29
5. A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS/PR	36
5.1 A atuação do/a Assistente Social na Secretaria de Educação.....	36
5.2 A atuação do/a Assistente Social na Secretaria de Educação de Matinhos/PR	43
5.2.1 Perfil da entrevistada.....	49
5.2.2 Demandas para o Serviço Social.....	50
5.2.3 A intervenção profissional	53
5.2.4 Condições éticas para o trabalho.....	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	66
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	67

1. INTRODUÇÃO

Segundo os dados coletados no Portal da Transparência da Prefeitura (Matinhos, 2018) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes é um órgão da Prefeitura Municipal, onde cuida dos assuntos relacionados ao seu departamento municipal, envolvendo três grandes setores: a Educação que cuida das questões escolares que envolvam diretamente as escolas municipais, e algumas vezes assuntos que envolvam a escola estadual. Nesse setor cuida-se da merenda escolar, do transporte, da formação contínua dos professores, de todos os funcionários envolvidos nas escolas além das questões especiais relacionadas aos alunos, livro didático, apostilado, biblioteca municipal e muito mais. A Cultura que envolve questões do município como programações em datas especiais, lei cultural, eventos como aniversário do município, e muitas outras questões como escola de música e fanfarra. E o Esporte que cuida das oficinas esportivas, em contra turno, como vôlei, futsal, capoeira, campeonatos a nível infantil, adolescente e adulto.

De acordo com informações coletadas no momento da vivência do estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Secretaria de Educação de Matinhos/PR (2017) o objetivo principal desta é desenvolver, implementar e zelar pela qualidade da educação no município, sob a égide da lei maior da educação brasileira, a Lei nº 9.394/13 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os profissionais da Educação trabalham para garantir o acesso de toda população de Matinhos à vida escolar, sejam crianças, jovens ou adultos, além de propiciar condições para o desenvolvimento integral do processo de ensino. Tendo como missão, apoiar a elaboração da política educacional do município de Matinhos, coordenar sua implantação e avaliar os resultados, com vistas a assegurar a excelência na Educação para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, de maneira a contribuir para formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadãos.

As ações que norteiam os trabalhos da Secretaria Municipal de Educação estão voltadas para o estímulo dos docentes e discentes, aperfeiçoamento dos professores e orientação de todo o fazer pedagógico. São desenvolvidos diversos projetos com objetivo de permitir que toda população tenha acesso a uma educação

de qualidade. A Secretaria Municipal de Educação de Matinhos estabelece metas para os níveis e modalidades de ensino assumidas pela esfera municipal em consenso com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 asseguradas nos seguintes objetivos:

Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Plano Nacional de Educação 2014).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC aborda a atuação do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação com bases na vivência da pesquisadora no Estágio Curricular obrigatório na Secretaria Municipal de Educação em Matinhos- Paraná entre 10 de abril a 15 de dezembro de 2017.

Justifica-se a escolha desse tema por causa da vivência pessoal no período do estágio, onde possível conhecer e compreender o trabalho da Assistente Social inserida na Educação e assim observar as demandas postas ao Serviço Social podendo relacionar a teoria e a prática identificando as técnicas e os instrumentais que a profissional utiliza para fazer seus atendimentos e abordagens aos usuários/as, e como ocorre a resolução das demandas que se apresentam diariamente neste espaço.

Além da experiência do estágio o tema foi escolhido pela importância que o mesmo tem com a sociedade, pois a educação é uma Política Pública de Direito Constitucional, esta, portanto, deve ser garantida não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas, sobretudo à qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão.

Nesse contexto cabe ao profissional Assistente Social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para a sua garantia.

Desta maneira, confirmar a hipótese de que há verdadeiramente a necessidade deste profissional na educação, pois no cotidiano escolar enfrenta-se complexas demandas e o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outros saberes como o do assistente social.

O profissional em Serviço Social, inserido na política de educação, possui muitos desafios, no qual busca desvendar as expressões da questão social, que estão em apresentadas nas escolas, compreendendo como estas se manifestam na vida dos sujeitos sociais.

É na tensão entre reprodução da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da *questão social* tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos (IAMAMOTO, 2010, p. 160).

Considerando essa tensão, posta pela desigualdade, expressada nas múltiplas expressões da questão social que também estão presentes nas escolas, este estudo busca identificar as contribuições do trabalho do assistente social inserido na política de educação, assim como sua inserção e suas contribuições, mais especificamente na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos/PR.

Conforme já previsto pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a educação é um direito de todos, e é preciso qualidade nos serviços ofertados pela educação aos usuários das escolas públicas, para que possam adquirir seu pleno desenvolvimento.

A escola é um espaço de confrontos de diversas realidades sociais e a cada dia, aumentam os desafios enfrentados pelos profissionais que devem criar alternativas para lidarem com a diversidade de problemas sociais presentes no cotidiano escolar. O Serviço Social na educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes das expressões da questão social que perpassa o campo educacional (SOUZA 2018).

O trabalho do assistente social deve abranger toda comunidade escolar, compreendida como um espaço composto por diversos protagonistas: professor, alunos, família, comunidade, entre outros. A escola é um espaço de reprodução

social de classes, ou seja, é uma instituição onde se possibilita conhecimento e valores sociais e o Serviço Social nessa perspectiva contribuirá para a efetivação de um trabalho multidisciplinar na busca da conquista da emancipação dos sujeitos e conquista da cidadania.

A assistente social inserida na Secretaria Municipal de Educação do Município de Matinhos/PR estabelece junto às escolas municipais, um espaço de escuta e acolhimento dos impasses e dificuldades vivenciadas pelos alunos, funcionários e comunidade escolar, estes se apresentam a partir das relações sociais e educacionais nas adversas expressões, podendo contribuir para a melhoria nos índices de educação, saúde, habitação, meio-ambiente, redução das violências; física, moral, psicológica, financeira e, sobretudo nas questões de pobreza da população.

Portanto o objetivo é contribuir para a garantia da educação enquanto direito social, já preconizado na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na tentativa de efetivar e garantir este direito, são realizadas ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos das escolas da rede municipal, contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade, que vise à preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando nos diversos fatores sociais e psicológicos presentes no processo de ensino-aprendizagem.

Pretende-se através deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dar visibilidade a atuação do Serviço Social, particularmente na política de educação para a comunidade escolar (diretores, professores, funcionários, famílias) para que estes adquiram conhecimento e compreendam a importância das competências e atribuições profissionais do assistente social no espaço educacional. Desta forma formulou-se um problema de pesquisa, sendo este: como se efetiva a prática profissional do assistente social na Secretaria Municipal da Educação de Matinhos?

Para dar respostas ao problema proposto foi definido como objetivo geral do trabalho é sistematizar a atuação do/a profissional do Serviço Social inserido na Educação no Município de Matinhos/PR. Com o intuito de atender ao objetivo geral tem-se como objetivos específicos: resgatar a inserção do serviço social junto à política de educação, apresentar a inserção do/a Assistente Social na Secretaria

Municipal de Matinhos/PR e identificar as intervenções profissionais na Secretaria de Educação no Município de Matinhos/PR.

O presente trabalho está dividido em Três capítulos: o primeiro será sobre a Protoformas e consolidação da Política de Educação no Brasil onde será feito um resgate sobre a política educacional mostrando o que é essa política, onde se insere e em seguida no segundo capítulo aborda a inserção do Serviço Social junto á essa política a partir de uma pesquisa bibliográfica, no terceiro capítulo vai apresentar a atuação do/a Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos/PR através de uma entrevista semiestruturada e de documentos obtidos no período de estágio obrigatório nessa Secretaria sendo esses diários de campos, projeto de intervenção além da experiência.

O terceiro capítulo será dividido em quatro tópicos: o primeiro será qual é o perfil da entrevista relatando tempo de atuação e formação acadêmica, no segundo identificar as técnicas e os instrumentos que a profissional utiliza para fazer seus atendimentos e abordagens aos usuários/as, e como ocorre a resolução das demandas que se apresentam diariamente neste espaço. No terceiro identificar as intervenções profissionais da Assistente Social na Secretaria de Educação mostrando quais recursos teórico-metodológicos e ético-políticos.

E no quarto quais as condições éticas e técnicas para a realização do trabalho da Assistente Social inserida na Secretaria de Educação em Matinhos/PR.

Desse modo, o presente estudo tem como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a presença do Serviço Social na Educação, bem como debater a inserção e a prática desses profissionais no espaço educacional.

2. METODOLOGIA

A metodologia é o caminho do pensamento, em que expressamos de forma detalhada como a pesquisa foi desenvolvida, assim de forma abrangente e concomitante, Minayo define metodologia da seguinte forma:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (MINAYO,2007,p.44)

O presente trabalho é de natureza qualitativa para entendermos melhor a metodologia utilizada neste trabalho apresenta-se o conceito de pesquisa qualitativa com embasamento teórico em alguns autores.

Segundo Minayo(1995, p.21-22):

“a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Ainda Minayo (2008) destaca que na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

A pesquisa qualitativa foi utilizada tanto para aprofundar conhecimentos que já tenham sido qualificados, quanto para montar uma base de conhecimentos.

Godoy (2005) destaca alguns pontos fundamentais para se ter uma "boa" pesquisa qualitativa, tais como: *credibilidade*, no sentido de validade interna, ou seja, apresentar resultados dignos de confiança, *transferibilidade*, não se tratando de generalização, mas no sentido de realizar uma descrição densa do fenômeno que permita ao leitor imaginar o estudo em outro contexto; *confiança* em relação ao

processo desenvolvido pelo pesquisador; *confirmabilidade* (ou confiabilidade) dos resultados, que envolve avaliar se os resultados estão coerentes com os dados coletados; *explicitação cuidadosa da metodologia*, detalhando minuciosamente como a pesquisa foi realizada e, por fim, *relevância das questões de pesquisa*, em relação a estudos anteriores.

A pesquisa qualitativa classifica-se como forma de abordagem da pesquisa científica e, quanto os procedimentos podemos citar como complemento a pesquisa bibliográfica.

Primeiramente foi utilizado o recurso da pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1994, p. 71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Esta pesquisa se embasa diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados, como livros, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários, periódicos, artigos, teses, etc., ao passo que a pesquisa documental levanta materiais que ainda não foram editados, ou que não receberam um tratamento analítico suficiente, por exemplo, cartas, documentos cartoriais, memorandos, correspondências pessoais, avisos, agendas, diários, propostas, relatórios, atas, estudos, avaliações, etc. (GIL, 2008; MARTINS; THEOPHILO, 2009).

As fontes utilizadas para essa pesquisa foram livros, artigos científicos e teses para embasar este estudo que tem como abordagem problemática uma pesquisa qualitativa em comparação com os dados coletados que demonstram as características de cada amostra.

As bibliografias foram utilizadas com a perspectiva de absorver as experiências de vários autores sobre o assunto, para um melhor direcionamento das ferramentas e métodos visando chegar próximo ao o objetivo.

Um dos instrumentos metodológicos utilizados foi à pesquisa documental que se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45).

O uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de informações que podem ser dos mais variados tipos, escritos ou não, os quais incluem diários, documentos de entidades públicas e privadas, gravações, correspondências, fotografias, filmes, mapas, etc. (GIL, 2008).

Embasado no reconhecimento institucional, será utilizado diários de campo, relatórios finais e relatório do projeto de intervenção, entende-se que estes documentos são de grande importância e valor para o tema proposto, pois compreendem o contexto histórico e sociocultural do tema em questão, caracterizando o processo de exploração, análise e interpretação do material, essas informações foram coletadas a partir da experiência de estágio na Instituição que possibilitou a observação, acompanhamento e atuação.

Outro recurso utilizado é o da pesquisa de campo que é uma das etapas da metodologia científica de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus nichos, cenários e ambientes naturais de vivência.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Será realizada a pesquisa de campo que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus nichos, cenários e ambientes naturais de vivência.

Esta pesquisa de campo é dividida em dois momentos, no primeiro será a vivência no estágio como observadora participante onde foi possível extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo e no segundo momento a entrevista com a Assistente Social que trabalha na Secretaria Municipal de Educação a partir de um questionário semiestruturado.

De acordo com Gil (2011), as entrevistas podem ser estruturadas em: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas. O tipo de entrevista informal é a menos estruturado e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados.

Ainda Gil (1999) a entrevista semiestruturada o entrevistador faz perguntas pré-estabelecidas que considera principais, mas está livre para ir além, podendo elaborar novas perguntas que tornem as respostas mais relevantes.

Para a entrevista, o método de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo, que segundo BARDIN (2002, p. 42) aparece como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito na entrevista ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. Sendo assim Bardin (1977) ressalta a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado.

3. PROTOFORMAS E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação reconhecida como direito humano e universal se revela como elemento fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, inclusive nas disputas sociais e históricas que determinam os avanços e retrocessos no processo de humanização (Mészáros 2005).

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS 2001), a educação está inserida a um contexto de reprodução social, em que advém do aprimoramento do ser social, assumindo um carácter de apreender a realidade, constituindo-se as habilidades técnicas e da socialização dos conhecimentos.

A educação no Brasil como direito tem como marco legal a Constituição Federal de 1988, onde seu artigo 6º caracteriza como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2012, p.10).

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo obrigação do Estado a sua garantia (AREQUE e SOUZA, 2009).

A Constituição Federal de 1988 proclama que a educação pública brasileira tem como missão não só proporcionar ao educando seu pleno desenvolvimento,

mas também a função social de formar cidadãos. Por conseguinte, seu Artigo 205º especifica como dever da família, do Estado e da sociedade civil, garantir ao educando seu integral desenvolvimento bem como seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal de 1988, também estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo: “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação [...]” (BRASIL, 2012, p.57).

Estas devem prover garantias de sustentação e desenvolvimento do ensino, em seus vários níveis, etapas e modalidades, através da colaboração mútua dos poderes públicos.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação deve levar a educação do Brasil ao combate ao analfabetismo, a uma educação universalizada, ao ensino de qualidade, com qualificação para o trabalho, além da promoção humanística, científica e tecnológica do país e instituir metas para utilização dos recursos públicos em educação (BRASIL, 2012).

De acordo com Martins (2007), o Plano Nacional de Educação de 2001, faz parte de um conjunto de legislações da nova política educacional brasileira capaz de modificar os rumos da educação nacional. Porém, tais legislações expressam conflitos de interesses na sociedade, o que sozinhas, não garantem que as modificações serão incorporadas ao sistema educacional brasileiro. Para isso, é necessário investimento em educação por parte do Estado, sob a vigilância da sociedade.

Neste sentido o direito ao acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, tem sido garantido reiteradamente através de seu arcabouço normativo que se constitui na: Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), além do Plano Nacional de Educação.

O Governo Federal dentro do contexto da educação no país tem como função: coordenar a Política Nacional de Educação e elaborar o Plano Nacional de Educação. Articular os diferentes níveis e sistemas de execução do ensino através de ações normativas, redistributiva e supletivas, frente às demais instâncias de ensino. Tais funções circulam o campo da organização educacional e da definição de diretrizes educacionais como política pública (BRANDÃO, 2004).

Segundo Andrade (2016) as políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição.

A Política Educacional pertence ao grupo de Políticas Públicas sociais do país. Essa Política é de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece um processo de tomada de decisões que derivam nas normatizações do país, ou seja, nossa Legislação.

As Políticas Públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão de proteção social implementada pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais (INEP, 2006, p. 165), dentre eles o direito a educação. Para que este direito seja garantido com qualidade e de forma universal é implementada a Política Educacional.

A política educacional é marcada pela questão social que representam as lutas de classes, no âmbito da educação como direito.

Desta forma, destacamos a definição construída por Yamamoto de questão social. Segundo esta autora, a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Yamamoto, 1999, p. 27).

É necessário compreender a educação como uma Política Social, a qual tem o compromisso de garantir direitos sociais, entendendo assim o papel que a escola assume dentro da sociedade. A partir do momento em que compreendemos o papel exercido pela escola, entendemos também a função social que a educação pode exercer no contexto da sociedade em que estamos inseridos.

No campo do papel social, as políticas sociais atendem os recursos sociais por meio de serviços sociais e assistenciais, para um benefício salarial à população menos favorecida na sociedade. Ainda que, tal objetivo não contemplem as reais funções de reduzir as desigualdades sociais no intuito de originar mais serviços

sociais à população menos beneficiada (PASTORINI, 1997 apud PIANA, 2009a, p. 35).

E com Faleiros (1991, p.8), pode-se afirmar que as políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

As políticas sociais devem disponibilizar serviços para a população, como educação pública para todos os cidadãos independente de sua classe social (PIANA, 2009a). No entanto, para compreendermos as políticas sociais, devemos entender o contexto das políticas publicas.

“As políticas públicas são decisivas para a concretização de direitos humanos, pois elas atuam na estrutura básica do sistema capitalista contribuindo para a construção do bem comum, visando à redução das desigualdades sociais”... (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 186).

De tal modo, as autoras afirmam ainda que:

Quando se trata da efetivação de direitos legitimados em uma ordem jurídico-legal de um Estado democrático de direitos como o Brasil, as políticas públicas assumem papel importante na redução da pobreza e das desigualdades sociais, elementos importantes para o bem estar social com equidade, dignidade e autonomia (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 187).

Atualmente, Quintão (2013) disserta que o país vive um momento positivo a cerca das políticas públicas, com a criação de sistemas institucionais, crescentes em integração, os quais correspondem a União, os Estados e os Municípios.

O mesmo autor ressalta que essas esferas do governo proporcionam uma “democratização com fortalecimento do controle social, através de conferências, dos conselhos e da participação popular direta”. Esses arranjos permitem a universalização dos direitos básicos como à saúde, à educação, à seguridade social (QUINTÃO, 2013, p. 1).

Segundo França e Ferreira (2012, p. 189) os princípios básicos para a operacionalização das políticas públicas enquanto elementos fundamentais para o cumprimento dos direitos impõem que determinadas medidas sejam tomadas como “a redução da desigualdade social, violência, preconceito e discriminação que se apresentam nas relações sociais de forma camuflada, e, muitas vezes, sutil”.

Conforme Oliveira *et al.* (2010) políticas públicas é definida como ações realizadas pelo governo. E as chamadas políticas públicas educacionais são atuadas pelo governo na educação.

Assim, as políticas públicas no comando de sua função têm por obrigação avaliar os direitos de cada cidadão. Portanto, tal dinâmica precisa que o Estado e a sociedade civil tenham uma “afinidade de complementaridade” (FRANÇA e FERREIRA, 2012).

Devemos buscar as transformações sociais, ficando para os assistentes sociais, a responsabilidade de lutar com o Estado, para finalmente haver políticas sociais garantidas a todos, deve ser garantida a sociedade, educação sem medir a classe social.

A presença do Serviço Social na política educacional atribui tarefas que ultrapassam o espaço escolar, levando em conta a evasão escolar, a ausência dos pais na vida escolar dos filhos, inadequação da escola, falta de estrutura educacional que respeite a igualdade de acesso aos educandos (PIANA, 2009a).

Para Piana (2009b) a política educacional nos remete as expressões da questão social, as quais indagam desafios aos participantes do planejamento, implementação, execução apresentando demandas ao Serviço Social.

A profissão do Serviço Social articula relações entre Estado, burguesia e trabalhadores na realização das medidas regidas nas políticas sociais frente à “questão social” (PASTORINI, 2007 apud PIANA, 2009a, p. 22).

O estudo das políticas sociais, na área do Serviço Social, vem ampliando sua relevância na medida em que estas se têm constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual (PIANA, 2009a, p. 22).

O Serviço Social em conjunto com a educação tem como objetivo garantir o direito a todos, em cumprimentos com as leis da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA), bem como atender suas necessidades sociais como saúde, habitação, alimentação e educação proporcionando sua inclusão social na comunidade (CAMPOS e DAVID, 2010).

Conforme Netto (1995) é possível analisar e discutir a Política Educacional Brasileira através de um fio condutor como as diretrizes da legislação educacional.

“A análise da política educacional no Brasil vem se constituindo gradativamente, numa preocupação e numa tarefa dos educadores comprometidos com os rumos da educação no País” (NETTO, 1995, p. 725).

Admitindo aos serviços sociais os direitos à educação, saúde, política salarial, trabalho, habitação, lazer, dentre outros, como ações para manter o controle e a ordem social (IAMAMOTO, 2002 apud PIANA, 2009a, p. 35).

“É evidente que a educação é o fator-chave que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do país” (PIANA, 2009a, p. 214).

De acordo com o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) de 1990, no seu artigo 4º retrata que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O país protagonizou movimentos sociais que contribuíram para a criação da legislação brasileira nas atribuições dos direitos sociais, como a Constituição Federal promulgada em 1988 e as leis complementares como a Lei nº 8069/90 – ECA e a Lei nº 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (PIANA, 2009a).

França e Ferreira (2012) tecem que:

A política de assistência social regulada pela Lei Orgânica/1993 vem sendo implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) formatado em 2005, que regula a execução dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica, afetando nas situações de vulnerabilidades (pobreza, ausência de pertencimento, fragilização de vínculos, dentre outros) e Proteção Social Especial desenvolvida nas situações de risco ou de violações dos direitos (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 187).

De acordo com França e Ferreira (2012, p. 187) a Constituição Federal de 1988, ECA e LDBEN têm por presunção zelar pelos direitos humanos a cerca de uns conjuntos de políticas públicas integradas “formando um sistema de proteção que seja capaz de promover o bem estar das crianças, adolescentes e suas famílias”.

O ato de “educar é um exercício de cidadania, proposta essa que ultrapassa o ambiente escolar”, embora a escola expresse função importante no aprendizado dos(as) alunos(as) (PIANA, 2009b, p.191).

Contudo, o termo educação se aplica nas questões escolares. Sendo assim, podemos afirmar que “políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar” (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Segundo Lopes *et al.* (2007) a discussão da contribuição do Serviço Social na defesa da garantia do direito da educação extrapola a realidade social, política, econômica e cultural, uma vez que ficam a mercê das políticas educacionais.

Segundo Piana (2009a) devemos traçar uma trajetória do Serviço Social e sua fundamental importância do profissional social na educação, bem como na atuação da política educacional.

De acordo com os autores Maroneze e Lara (2009):

A política educacional, assim como as demais políticas sociais, não pode ser pensada de forma isolada ou desconectada de uma totalidade histórica que envolve as bases materiais de produção e reprodução da vida dos homens, mas, deve ser compreendida a partir da contradição e articulação com os aspectos sociais, políticos e econômicos de determinada conjuntura sócio histórica (MARONEZE e LARA, 2009, p. 3284).

Piana (2009a) destaca que precisamos compreender que o contexto da política educacional está direcionado a uma realidade estrutural e conjuntural ligadas diretamente nas decisões políticas, econômicas e sociais.

O Estado na atualidade representa os interesses do mercado, subordina a política social à política econômica, voltando sua ação, na perspectiva de implementar as políticas públicas para atender a essas demandas, portanto acabando por ser instrumento da classe dominante. Assim se percebe que no contexto atual, os programas sociais são resultados de uma estratégia do Estado na inclusão da classe subalterna.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (Teixeira 2002,p.2)

Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

A educação também é uma política social e conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 205 (capítulo III, Seção I) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.

A partir dessa disposição da Constituição Federal, entendemos a educação como uma política pública. A partir das lutas sociais, principalmente por parte da classe trabalhadora, que, por meio de movimentos sociais conquistou o reconhecimento dos direitos sociais, assim como a produção de uma consciência política.

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA, 2005 apud MARTINS, 2012, p. 35).

A educação, organizada sob a forma de política social, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de incorporação dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais pelo reconhecimento de seus direitos sociais, cujas lutas se expressam em diferentes processos que a política educacional assumiu ao longo da história.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (MEC/SEPPIR, 2004, p.7)

Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir dos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira.

Na Constituição Federal de 1988, a educação fica estabelecida como um direito social, o qual deve ser garantido pelo Estado através de políticas públicas condizentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1993, avança nesta

discussão, trazendo a criança e ao adolescente como cidadão, como sujeitos de direitos, superando a visão de “menor” dominante dos Códigos anteriores.

Integrando a nova condição da criança e adolescente como sujeito de direito, educação como direito social, a escola passa a assumir um papel importante no Estado e na sociedade, com relação a políticas públicas que devem garantir o acesso de todos à Educação, como sendo “um meio indispensável de elevação do nível cultural, de formação para a cidadania, de desenvolvimento de conhecimentos e capacidades para se enfrentar a complexidade social” (SOUZA, 2005, p. 37).

A educação como direito social e explicitado na LDB:

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância (LDB,2010, p.3)

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em sua plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional.

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricas, como conceitos e realidades aos qual a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. (COUTINHO,1997).

A função do Estado em redistribuir e suplementar a educação, está relacionada respectivamente ao repasse de verba conforme a lei, aos estados, municípios e ao Distrito federal. A complementação dos recursos para a educação ocorre, quando estados, municípios e Distrito Federal não alcançam o patamar mínimo exigido pelo Governo Federal, na sua responsabilidade de investimento em educação. Exemplo: a questão do financiamento da educação através da

implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb) (BRANDÃO, 2004).

Os recursos financeiros, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 212º:

A União aplicará, anualmente, nunca menos que dezoito, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2012, p. 57).

Os recursos destinados à educação deverão assegurar prioritariamente o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, em relação à universalização do ensino, ao padrão de qualidade e equidade a serem alcançados (BRASIL, 2012).

De acordo com o artigo 213º da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas brasileira, podendo ser dirigidas a escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, desde que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes em educação; II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades (BRASIL, 2012, p. 57).

Os recursos acima especificados também podem ser destinados a bolsa de estudos para o ensino fundamental e médio conforme a Lei. Para aquelas instituições que assinalarem insuficiência de recursos, para o provimento de vagas e cursos regulares da rede pública de ensino no território do educando, cabendo ao poder público dar prioridade de investimento para a expansão de sua rede de oferta de ensino (BRASIL, 2012).

Segundo Oliveira, E. (2010) o financiamento da educação no Brasil provém de recursos públicos, de empresas privadas e dos cidadãos. Todavia, não há como calcular o gasto total em educação, já que o Brasil não contabiliza os recursos mobilizados pelo setor particular.

Cabe ao Ministério da Educação implementar a política nacional de educação, cuja a missão institucional é de articular ações com o que é proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os recursos públicos destinados à educação têm origem em: Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Receita de transferências constitucionais e outras transferências; Receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais.

No quadro de interesses políticos e econômicos, entra em cena os debates para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Nos treze anos de discussão sobre a implantação da nova lei, as preocupações estavam voltadas para uma redefinição política e educacional no país. Após o término de uma “longa e contraditória gestação”, a LDBEN entra em vigor em 1961 (NETO, 1995).

Entretanto, a nova LDBEN abre um leque de possibilidade de atuação do profissional do serviço social nos mais variados níveis de ensino (BULL, 2011).

Partindo dos pressupostos das mudanças na legislação, Bull (2011) em consideração a LDBEN/96 ressaltam que houve repercussões na organização dos processos de educação em cada município por competência a Política Educacional, e responsável pela transferência de profissionais, entre eles, os assistentes sociais.

Portanto a partir das considerações realizadas acerca do serviço social na política de educação, compreende-se que essa inserção é de extrema importância e significância para a melhoria ao acesso dos direitos garantidos de forma efetiva, pois as demandas relacionadas às expressões da questão social são pertinentes ao âmbito do serviço social.

4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DE EDUCAÇÃO

Segundo Campos e David (2010) o Serviço Social é uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, e desde então vêm ampliando sua atuação nas diversas áreas, buscando seu reconhecimento como um profissional atuante nas políticas públicas.

De acordo com dados oficiais e regulamentados por Lei, os Estados pioneiros a abordar o Serviço Social Escolar foram Pernambuco em 1949 e Rio de Janeiro em 1956.

O caráter pioneiro do Serviço Social Escolar teve origem no Brasil a partir da sua incorporação ao Regulamento do Ensino Primário da SE/PEC (Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco) em 1949. (SOUZA, 2002 p.53).

De acordo com Piana (2009b) até meados de 1970 o Serviço Social era vinculado como ideologia por subordinação ou como alternativa ao projeto político do Estado em poder vigente.

Rossa (2011) destaca que somente a partir de 1990 que houve a implantação das políticas sociais, o qual foi responsável pela conquista do Serviço Social na educação e o aumento da demanda de requisição desses profissionais.

No início do século XX, o serviço social tinha a função prática-interventiva que por meio de várias instituições delimitavam o acesso às necessidades sociais somente as sociedades de baixa renda (PIANA, 2009b).

O conjunto CFESS-CRESS desde o ano de 2000 luta para que o Projeto de Lei (PL) nº 3.688 de 2000 que dispõe sobre a inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da Política de Educação seja aprovada no Congresso Nacional. Isso só ocorreu em julho de 2013, depois de muitos embates contra o sistema vigente.

Entretanto, sabemos que a aprovação desse Projeto de Lei não implica no seu cumprimento imediato. Para que isso ocorra é preciso estabelecer com as várias instâncias organizativas da profissão uma agenda de reivindicações junto aos poderes públicos, ou seja, é preciso continuar o processo de lutas para que a lei se cumpra.

Para melhor compreendermos a atuação do assistente social na Educação, não podemos perder de vista que a Educação também é um instrumento de manutenção do sistema capitalista, pois tem papel fundamental nas formas de reprodução do ser social, assegura a reprodução dos contextos sociais, mantendo a contradição básica entre aqueles que detêm os meios de produção e os que vendem a força de trabalho, ampliando as desigualdades entre as classes fundamentais.

O CFESS-CRESS na brochura Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2011, p. 18) salienta que essa política, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico.

Na Política de Educação, as competências e atribuições do assistente social, assim como nas demais áreas, são direcionadas e orientadas pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93) pelo Código de Ética Profissional de 1993 e ainda pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), pois são esses

instrumentos que estabelecem direitos, deveres e princípios norteadores da ação profissional e, portanto devem ser observados e respeitados pela categoria profissional e pelos seus empregadores.

Competências expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais e atribuições se referem às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas. (IAMAMOTO, 2002, p. 16 apud CFESS-CRESS 2011- 2014, p. 25 e 26).

Diante dos questionamentos relacionados à prática, visando aproximar-se da política de educação e pensar o fazer profissional em consonância com o projeto ético político profissional, foram realizados debates em encontros e congressos regionais, organizados pelo conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), que culminaram no Seminário Nacional de Serviço Social na Educação em junho de 2012 em Maceió/AL e na publicação do documento “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”.

Neste sentido o CFESS - Conselho Federal de Serviço Social em parceria com os CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, tem trabalhado e discutido o trabalho do assistente social nesta política pública com intuito de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora, criando em 2001 um grupo de estudos sobre o serviço social na educação, em 2003 no 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS, apontou-se a necessidade do mapeamento das discussões sobre a inserção do assistente social na educação, desde então tal demanda, tem sido permanentemente trabalhada pelos CRESS e CFESS. (CFESS 2014)

A contribuição do Serviço Social surgiu do interesse em compreender os problemas do aluno no seu contexto social, e não apenas o seu problema observado na escola pela professora, investigando assim sua origem, que muitas vezes estava relacionado à família.

Considerando que a família tem papel fundamental na vida dos(as) seus filhos(as), é imprescindível sua participação na educação da mesma, é necessário investigar que causas conduzem os(as) alunos(as) ao baixo desempenho escolar e construir estratégias conjuntas com a família para lidar com a questão.

O Conselho Federal de Serviço Social (2001) afirma que indicadores apontam que o “baixo rendimento, desinteresse pela escola e evasão escolar e entre

outros” se destacam como fatores significativos no impedimento do avanço nos estudos. Considerando que estes fatores, nem sempre tem sua origem na própria escola, é que se justifica o trabalho conjunto entre família e escola a fim de mitigar essas situações.

Neste contexto o profissional de serviço social pode mediar e organizar estratégias em conjunto com outros profissionais para aproximar a família da escola. Almeida (2000) defende que a inserção do Assistente Social no espaço escolar deve ser compreendida de forma política e profissional, como função social e profissional na conquista da cidadania.

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir na identificação da questão social, indicando possíveis alternativas à problemática social, vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. (CAMILO; CORDEIRO 2005 p.39).

Desta forma, será possível auxiliar na identificação dos problemas que se apresentam e o assistente social poderá atribuir tarefas que ultrapassam o espaço escolar, levando em conta a evasão escolar, a ausência dos pais na vida escolar dos filhos, inadequação da escola, falta de estrutura educacional que respeite a igualdade de acesso aos educandos (PIANA, 2009a).

O assistente social ao defender os direitos de todo e qualquer cidadão têm como princípio fundamental contribuir suas necessidades básicas, como o direito à saúde, moradia, lazer, alimentação e a educação, entre outros. Inclusive, esta garantia está afirmada em nossas leis, como no Estatuto da criança e do adolescente – ECA, que exige a inclusão de toda criança e adolescente na escola.

O Serviço Social é uma profissão que atua na realidade social através do atendimento de inúmeras demandas, elaboração de pesquisa e construção de propostas que visam o atendimento às necessidades sociais da população, nas áreas de Assistência Social, saúde, educação, habitação, etc., como um direito do cidadão e não como um favor ou simples ajuda. (SOARES, 2003, p.52).

Portanto a contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional e que precisam necessariamente de intervenção conjunta com

educadores, psicólogos, dirigentes, governamentais, possibilitando uma ação mais efetiva.

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese à dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio institucionais (ALMEIDA, 2000).

A educação é um dos segmentos que o Serviço Social tem conquistado, e seu compromisso baseia-se na sua defesa como direito que todo cidadão possui de acordo com os princípios fundamentais de nossa Constituição Federal, como também na valorização do trabalho socioeducativo aplicado em suas atividades diárias como profissional.

[...] a contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos de risco, etc. Estas se constituem em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros) pela família consequentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001 p.12)

A educação nesta perspectiva, não é somente uma exigência que nossa sociedade obriga para que a pessoa saiba se comunicar além da fala, mas apresenta-se como uma possibilidade de desenvolver-se além do que ela mesma pretende, por meio do conhecimento científico, alcançando então as múltiplas oportunidades que surgirão a partir daquilo que ela conseguiu obter durante sua formação.

Além disso, a educação é inclusão social, possibilita a pessoa a fazer parte e poder agir neste meio em que na maioria das vezes, só tem voz àquele que possui o poder. Porém, esta educação também se transforma em poder desta forma. Com isso, percebemos a importância deste profissional em atuar nesta área.

O crescimento do Serviço Social na área da educação, frente à nova realidade do projeto ético-político profissional, possibilitou o aumento da demanda dos assistentes sociais e sua inclusão no espaço educacional (ROSSA, 2011).

Desse modo, essa inserção do Serviço Social na educação coopera de um modo geral, em aspectos positivos para formação dos cidadãos.

O Serviço Social trabalha na perspectiva da garantia de direitos, sendo que também vivemos em crescente processo de exclusão social. E a escola acaba sendo também um reflexo de toda essa situação, um lugar de convivência social, que também tem sua complexidade e uma problemática não só educativa, mas também social e econômica.

Para Piana (2009a, p. 218) considerando o universo educacional como ambiente de trabalho principal para os profissionais do Serviço Social, com o intuito de abordar suas contribuições, competências, conhecimentos, compromissos, habilidades e atitudes a cerca da efetivação da educação em um direito social tão sonhado por todos.

No entanto, introduzir o Serviço Social na educação, contribuirá com ações que transformem a educação com práticas de formação da cidadania, emancipação dos sujeitos sociais e inclusão social, com oportunidade de orientar o sujeito que se torne consciente de empoderamento da sua própria história.

Abre-se, portanto, vasta oportunidade de inserção do Assistente Social no âmbito escolar em diversos níveis educacionais. A presença do Serviço Social na educação garante direitos, através do estudo de caso até dinâmicas em grupo, desenvolvendo a convivência familiar e a sociedade.

O Assistente Social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional.

Para Piana (2009b) a educação é uma área nova de atuação do Serviço Social, porém podemos perceber que esses profissionais estão interessados em ingressar na equipe de profissionais da educação nas escolas a fim de por em prática seus conhecimentos teórico-metodológicos.

A profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo tem como objetivo justamente atuar nas expressões da questão social, que vem com a contribuição de diversas ciências, sendo algumas delas: sociologia, psicologia, economia, ciência política, antropologia e ética.

Através de uma intervenção investigativa, pesquisa e análise social, atua não somente na avaliação, mas também da elaboração e execução de projetos, planos, programas, políticas sociais, e de serviços.

O campo de atuação desse profissional é considerado bastante variado, pois, o mesmo atua na implementação das diversas políticas sociais, entre elas a política de saúde e suas organizações em geral assim como a política de assistência e a política de previdência social, que compõem o tripé da seguridade social.

Além desses campos de atuação do Serviço Social podemos citar ainda as empresas, organizações não governamentais, administrações municipais, estaduais e federais, serviços de proteção judiciária, conselhos de direito e de gestão, instâncias de defesa e de representação da política de educação, entre outros.

Pode-se perceber uma grande visibilidade da profissão nesta área, com vistas a contribuir para que a escola pública em o papel de proporcionar condições básicas para que todas as pessoas se desenvolvam enquanto sujeitos de direitos, ao possibilitar uma educação que perceba o aluno enquanto sujeito histórico, garantindo um espaço de reconhecimento de cidadania.

A contribuição do assistente social, no âmbito educacional, conforme CFESS (2001) refere-se a: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

É importante salientar que o assistente social não pretende substituir nenhum outro profissional no âmbito educacional, mas irá trabalhar de forma conjunta com os profissionais da educação no enfrentamento dificuldades percebidas no âmbito educacional.

O assistente social é o profissional que poderá ainda, trabalhar na elaboração de projetos direcionados aos educandos e a família, em programas de prevenção, proporcionar capacitações aos profissionais da área, favorecer a relação da família com a escola, sendo um profissional preparado, técnica-teórica e metodologicamente ao longo de sua formação acadêmica, para contribuir com ações, que viabilizem na educação uma prática de inclusão social, espaço de formação da cidadania e emancipação social, ainda como aponta Amaro (1997, pg.30) “Na escola, o assistente social é o profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social.”.

As escolas da rede pública têm urgência e necessidade em ter no seu quadro de funcionários o profissional do Serviço Social, pois além da possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais indicando possíveis

alternativas à problemática vivida por muitas crianças e adolescentes, o assistente social também poderá proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sócio assistenciais, contribuindo assim para a efetivação da cidadania.

As competências específicas dos assistentes sociais na Política de Educação se expressam em ações que necessariamente devem perpassar e articular com as diversas dimensões da atuação profissional, de acordo com o CFESS, 2011-2014.

Muitos são os desafios e as possibilidades que se apresentam ao profissional de serviço social quanto a sua atuação na Política de Educação.

Esses desafios vão desde a inserção do/a profissional no âmbito da Educação a qual tem sido permeada por um processo de lutas até a execução de seu trabalho o qual ainda não possui um direcionamento claro e precisa ser subsidiado pelo pouco acúmulo teórico, metodológico e experiência da categoria através de reflexões, seminários, grupos de trabalho, articulados pelo conjunto CFESS-CRESS que tem criado uma agenda que procura contemplar essa área da atuação profissional.

5. A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM MATINHOS/PR

5.1 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A intervenção do Serviço Social no âmbito das desigualdades sociais, aprofundando na abrangência da concepção de Questão Social, traz desafios para as mais diversas profissões em busca de soluções que possam auxiliar o enfrentamento de tais questões.

Para lamamoto (2007), a “questão social” relaciona-se estritamente à sociedade capitalista, notadamente em sua fase monopolista, aglutinado o conjunto de desigualdades sociais, políticas e culturais das classes sociais e que têm diferentes expressões no cotidiano da vida social. A autora articula o surgimento da “questão social” à apropriação privada da produção coletiva, sendo inerente ao

surgimento do trabalho livre e à alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho.

A Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. lamamoto(1999, p. 27).

Frente a tais realidades, o que se constata, na contemporaneidade, é uma grande preocupação com a questão social, a qual requisita a intervenção de diferentes categorias profissionais que antes não lidavam com determinadas demandas no contexto da educação, no entanto, hoje em dia, se deparam com esta realidade e agora buscam compreender melhor suas origens e possíveis encaminhamentos.

Desde modo alguns problemas de origem socioeducacionais podem ser compreendidos e mediados de maneira mais efetiva com a atuação do assistente social em conjunto com outros trabalhadores da rede pública. Isto porque muitas questões que se apresentam como graves problemas aos professores e gestores da educação pública, não raro, em outros contextos, são objetos de intervenção do assistente social, fazendo com que este profissional tenha condições e instrumentos para contribuir na resolução de determinados conflitos e, conseqüentemente, para o aprimoramento da rede pública.

Para o Serviço Social, a inserção profissional neste campo de trabalho desperta algumas discussões acerca do exercício profissional nesta política pública:

Pontua-se que o leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas e campos do saber. O campo da política de educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do Serviço Social – Secretarias de Educação, Conselhos de Educação, escolas – nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico social, pareceres e outras ações (SOUZA, 2008, p. 95).

Na mesma direção da perspectiva anterior, observa-se que:

A crescente inserção de assistentes sociais na esfera pública e privada expressa a maior visibilidade desse profissional na área de Educação, o que deve ser examinado a partir das contradições inerentes a este movimento, a

partir de uma análise teórica e política acerca dos condicionantes macroestruturais, que, em tempos de mundialização do capital, dão formas específicas à Política de Educação em curso hoje no país (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 09).

O documento Subsídios para o Serviço Social na Educação (CFESS.GT EDUCAÇÃO, 2011) apresenta uma caracterização da inserção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação, considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social, tendo como referência os seguintes focos: garantia do acesso da população à educação formal; garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; garantia da gestão democrática e participativa na Política de Educação.

Nesse ordenamento, o documento não apresenta um tratamento específico sobre atribuições, mas para cada um dos focos são apresentadas atividades e instrumentais utilizados pelos/as assistentes sociais, resultantes do levantamento realizado nos Estados pelos CRESS (idem, p.42-45)

Segundo Alves (2010) o/a Assistente Social no âmbito da educação é aquele inserido no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal com a educação, agindo em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos destes alunos.

O Serviço Social vem ampliando sua área de abrangência, conquistando espaços que vão proporcionando novas possibilidades para a divulgação e efetivação acerca das políticas sociais. Com o objetivo de expandir os direitos e emancipar a sociedade, o Serviço Social se apresenta como uma profissão voltada para ao atendimento das demandas sociais da população.

Na área da educação o Assistente social através de seu olhar diferenciado, apresenta-se como um aliado dentre os diversos atores institucionais na área educacional na busca por uma educação de qualidade e que possibilite o acesso democrático a ela como também que permita a esse aluno a sua permanência na escola.

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje, não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu

trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. Almeida, (2000 p. 74)

Cabe ao assistente social não só diagnosticar, mas propor alternativas para as problemáticas sociais vividas por muitas crianças. Dentre essas problemáticas destacamos a evasão escolar que se caracteriza hoje como um grande nó a ser desfeito pelos profissionais que atuam na escola. O serviço Social na educação ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social. A escola por sua vez encontra o desafio de contornar a grande demanda por vagas que nem sempre são proporcionais aos números disponíveis na rede pública.

Outro desafio encontrado pela escola é o de manter e melhorar a qualidade do ensino. Essa tarefa só será bem sucedida se houver uma parceria entre a escola e a família. O exercício dessa parceria deve ser estimulado pelos profissionais da escola que possuam habilidades para balizar o fazer pedagógico e as questões sociais, de modo a proporcionar um canal de comunicação eficaz entre a família e a escola.

Essa ação deve ter um objetivo comum que é a promoção do aluno e a certeza de que algo está sendo feito em prol desse aluno, com o objetivo de assegurar que lhe seja permitido o exercício pleno de sua cidadania.

Desde o ano 2000, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), se movimenta com a contribuição de outros grupos da sociedade, na tentativa de implantar o serviço social na educação a rede pública de ensino. A intenção é que, todos os municípios possam aderir a essa ideia, que as escolas possam ter em seu quadro de profissionais, alguém capacitado para auxiliar a enfrentar os desafios postos aos funcionários e educadores das escolas.

Por esta razão, a proposição do Projeto de Lei nº 3.688 de 2000, que “dispõe sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais de educação de cada escola”, bem como o Projeto de Lei nº 837 de 2003, “que dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas”, para além de representar um novo campo de trabalho para os profissionais do Serviço Social, reconhecem a contribuição deste profissional para o avanço do ambiente escolar.

Novais (2001) afirma que o assistente social, ao se inserir no universo da educação pública, desenvolve as seguintes atividades:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais (NOVAIS, 2001, p. 13)

Santos (2009), ao debruçar-se sobre a relação entre Educação e Serviço Social, defende que uma das maiores contribuições que o assistente pode disponibilizar para a área educacional refere-se à aproximação da família ao contexto escolar, pois, exercendo este maior contato, o profissional poderá compreender melhor os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam as relações sociais vistas como “problemáticas” no campo educacional, logo, também poderá planejar e implementar métodos preventivos, evitando que determinados ciclos se repitam.

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônico no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. (CFESS, p.25, 2014).

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, nessa direção e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do/a profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio histórico em que se situa sua intervenção, a saber:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sociohistórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

As competências permitem ao/à profissional realizar a análise crítica da realidade e construir as estratégias necessárias para responder às demandas sociais que estão normatizadas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) no artigo Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2011).

Dessa forma, tanto a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93 como o Código de Ética são instrumentos legais que assumem, para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de uma outra sociedade. (CFESS, p.29, 2014).

A intervenção do assistente social deve ser composta de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões constituem níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, entretanto, são

indissociáveis entre si, formando uma unidade, apesar de suas particularidades (GUERRA, 2000).

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Assim, com base nessas dimensões é que se se pode discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Dessa forma, compreende-se que não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços socioocupacionais de intervenção.

Segundo Guerra (2012) a primeira dimensão se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. A segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Já a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos.

Desde forma mostra que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política).

Nota-se que a inserção do assistente social na educação pública carrega a possibilidade de garantir o exercício de cidadania do aluno, pois, por meio do atendimento e acompanhamento de determinadas demandas, o profissional poderá promover espaços de participação, envolvendo alunos e familiares na realidade escolar.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011, p. 41) também aponta outros desafios que envolvem a atuação dos assistentes sociais na política de educação, e se referem:

[...] à ultrapassagem dos limites impostos pelo pensamento conservador; à efetivação dos direitos de cidadania daqueles/as que são “marginalizados/as” pela sua condição social ou pelo “contexto familiar”; aos limites impostos à participação das famílias na gestão escolar e da política educacional; às poucas produções e estudos sobre o Serviço Social na educação; à precarização dos recursos nas políticas sociais de um modo geral e à de clareza dos/as demais profissionais da educação acerca do campo de atuação do Serviço Social (CFESS, 2011, p. 41).

A presença do assistente social na política de educação, portanto, extrapola os limites da avaliação socioeconômica ou implementação de projetos sociais. Assim, compreende-se que o mesmo possui o desafio de não limitar sua intervenção à simples resolução de problemas cotidianos, mas desenvolver estratégias de mobilização social da comunidade escolar, colaborando, deste modo, para o processo de democratização da educação.

5.2 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS/PR

No município de Matinhos/Pr existe apenas uma assistente social que está inserida na Secretaria Municipal de Educação desde março de 2013, sendo, portanto, bastante recente. No entanto, com relação aos municípios do litoral, Matinhos é o único a ter a Educação como campo de atuação dos assistentes sociais.

Segundo Souza (2017, p.51) foi elaborado pela atual assistente social um plano de ação para a atuação profissional, até porque a própria secretaria de educação, a rede de proteção e os profissionais das escolas não compreendem a atuação do/a assistente social nesta área.

Ainda não há compreensão de que o/a profissional neste espaço vai orientar a família e a escola como proteger, de como acessar os direitos, de como a escola deve encaminhar uma situação, ou seja, as pessoas ainda têm uma visão

assistencialista da profissão, acreditam em uma solução imediata, e o que acontece é uma intervenção passível de um processo contínuo.

Segundo os dados coletados através da entrevista semiestruturada com a Assistente Social da Secretaria de Educação e de documentos adquiridos no período de estágio obrigatório na Instituição foi possível identificar que o objetivo principal, não só do Serviço Social da educação, mas também da Secretaria Municipal é desenvolver, implementar e zelar pela qualidade da educação no município, sendo estes desenvolver políticas pedagógicas que venham a contribuir para uma educação de qualidade para a população, em consonância com a Lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando fortalecer a interação entre os pais, alunos, escolas e comunidade; realizar atividades culturais e esportivas a serem desenvolvidas fora de sala de aula; assegurar um padrão de educação que garanta a democratização do ensino, a permanência na escola e a inclusão social.

Para Martins (1999 p. 60), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e do adolescente na escola; Favorecer a relação familiar – escola – comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; Proporcionar articulação entre educação e as políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (Martins, 199, p.60).

Neste sentido, são desenvolvidos diversos projetos com objetivo de permitir que toda população tenha acesso a uma educação de qualidade.

Com relação à estrutura e funcionamento, a instituição conta com um quadro de profissionais que atuam em diversas áreas como transporte, documentação escolar, equipe social, informática, nutricionista, RH e licitações, dentre outros, tendo como atual responsável por esta Secretaria, o Secretário Municipal Jean Carlos F. da Silva.

Na área de Educação a Secretaria atende toda a população de Matinhos inserida nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), Escolas Municipais, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Projeto Saberes (contra turno) e na Educação Especial.

Quanto aos recursos financeiros a Secretaria de Educação de Matinhos recebe recursos Municipais, Estaduais e Federais para ser aplicada em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, a aquisição de equipamentos e a construção de escolas.

O objetivo do assistente social na instituição é estabelecer junto às escolas municipais, um espaço de escuta e acolhimento dos impasses e dificuldades vivenciadas pelos alunos, funcionários e comunidade escolar, estes se apresentam a partir das relações sociais e educacionais nas adversas expressões, podendo contribuir para a melhoria nos índices de educação, saúde, habitação, meio-ambiente, redução das violências; física, moral, psicológica, financeira e, sobretudo nas questões de pobreza da população.

Portanto o objetivo é contribuir para a garantia da educação enquanto direito social, já preconizado na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na tentativa de efetivar e garantir este direito, são realizadas ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos das escolas da rede municipal, contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade, que vise à preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando-nos diversos fatores sociais e psicológicos presentes no processo de ensino e aprendizagem.

A Assistente Social inserida na Secretaria trabalha para que haja a maior inserção de estudantes na escola, segundo BOLORINO (2012, P. 198) afirma que a evasão escolar:

[...] é um fenômeno preocupante na política de educação. Garantir juridicamente o acesso à educação é apenas a primeira etapa do processo. Fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública. Portanto, essa é uma das demandas para o Serviço Social [...] para identificar os motivos da evasão escolar, precedendo uma intervenção junto à criança e a família com vistas ao retorno da criança para a escola, até intervenções mais amplas.

E atuando para que não aconteça a evasão a profissional precisa implementar os programas federais, buscando promover o acesso a Escola e ao mesmo tempo deve atuar articulado com a rede de serviço socioassistencial e que de acordo com a NOB/SUAS (2005: 94):

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social.

E assim construir possibilidades que também contemplem a parcela da população que necessita de seu trabalho, possuindo a clareza que é por meio da participação popular que a política de educação será melhorada e não sofrerá retrocessos dos mais variados interesses existentes.

No âmbito escolar, o Serviço Social está articulado com a equipe multiprofissional das escolas públicas e atuam diariamente com docentes das mais variadas áreas do conhecimento, pedagogos, psicólogos, educadores infantis e os outros profissionais que trabalham na manutenção e no funcionamento deste espaço.

Santos (2011, p.3), afirma em seu artigo que:

(...) é de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispender o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o assistente social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido. (...) acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com pais, que se mostra a importância da relação escola – aluno – família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita.

A Educação Especial é realizada em conjunto com a psicóloga e a psicopedagoga, embora possuam em linhas gerais, os mesmos objetivos da educação comum, utiliza metodologias especiais, alternativas de atendimento diferenciado, recursos humanos especializados, necessitando, portanto, de fundamentos que norteiem suas orientações específicas acerca dos alunos com necessidades educativas especiais, com vista a proporcionar-lhes condição que favoreçam sua integração à sociedade.

A Classe Especial é uma sala de aula preferencialmente distribuída na educação infantil e ensino fundamental, organizada de forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do educando

portador de necessidades educacionais especiais. Na Classe Especial tenta-se encontrar caminhos e meios facilitadores para a aprendizagem dos educando com necessidades educacionais especiais, através de uma política de ação pedagógica, recursos educacionais mais individualizados e conta com o professor especializado e acompanhamento contínuo, recursos, ajuda e apoio intenso que exijam adaptações curriculares significativas, que a classe comum não consiga prover.

A Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental de 1º a 5º séries. Destinada a alunos que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e /ou deficiência mental, e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum

A assistente social realiza o mapeamento das escolas, um estudo dirigido a tal assunto, palestras e dinâmicas com as crianças para a conscientização e conhecimento dos assuntos por ela atendidos.

Além de programas como Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Projeto Peteca) que é um programa de educação que visa conscientizar a sociedade para a erradicação do trabalho infantil e todas as escolas Municipais de Matinhos estão inscritas e realizarão trabalhos que representem essa Exploração; realiza palestras para as famílias de todos os alunos que estão nas Escolas e CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil), falando a respeito da Proteção, cuidado Preventivo, Negligência, Abandono afetivo entre outros; realiza reunião técnica com famílias que já tem algum tipo de encaminhamento realizado; Capacitação para Atendente Infantil, e Grupo Conviver que é um projeto é um projeto socioeducativo continuado, para as crianças que estão com dificuldades de convivência e que tenham a questão da disciplina (muitas demandas com crianças com agressividade), atende as crianças e também as famílias, mas para as famílias é apenas uma vez no mês e para as crianças é semanal.

A *(entrevistada)* relata que “o Grupo Conviver surgiu como estratégia de ação para reduzir os casos de violência infantil nas escolas (identificados e encaminhados ao Serviço Social da Educação). Buscamos ampliar o Direito à Convivência Comunitária, para além das questões de acolhimento institucional e

poder familiar, entendendo que a escola deve oportunizar espaço privilegiado ao pleno desenvolvimento da criança/adolescente”.

A criança/adolescente tem direito a convivência familiar e comunitária de forma saudável. O grupo atende crianças/adolescentes e suas famílias dentro do ambiente escolar, trabalhando de forma coletiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz em seu artigo 53 que “a criança e ao adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania”, e no artigo 70 diz que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”.

O contexto de dificuldade em aprender e de se relacionar pode se ter relação com a questão de comportamento agressivo. O Serviço Social da Educação tem caráter preventivo e protetivo dentro de sua esfera de atuação.

A (entrevistada) relata que *“há outros projetos que estão em desenvolvimento para a melhoria e garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes”*. Um desses projetos é passar pelos conselhos de direito sobre a questão do acompanhamento da condicionalidade da Bolsa Família na parte da educação, porque ela não vem sendo feita por falta de fiscalização da rede e também pela falta de acesso que sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldades de acessar aos serviços públicos.

Portanto está sendo elaborados critérios de acordo com as recomendações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) porque não está sendo criado nada e sim fazer cumprir o que já esta na lei, e assim passar pelo conselho de direito da criança para que eles deliberem e aprovem para que nós do Serviço Social da Educação possamos cobrar a questão da bolsa família, porque, por todos os outros meios não tem funcionado para reduzir a evasão escolar.

A evasão escolar é um fenômeno preocupante na política de educação. Garantir juridicamente o acesso é apenas a primeira etapa do processo. Fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública. Portanto, esta é umas das demandas do Serviço Social em todos os municípios pesquisados, variando as formas de enfrentamento com intervenções que vão desde visita domiciliar, para identificar os motivos da evasão escolar precedendo uma intervenção junto à criança e à família visando o retorno da criança para a escola, até intervenções mais amplas (MARTINS, 2007, p. 174).

A (entrevistada) *“acredita que quando começar a chamar essas famílias, orienta-las referente à bolsa família haverá resultados, atuando nessa condicionalidade tem mais chance de dar certo e de reduzir a evasão escolar. E deixa claro que não é o objetivo retirar a Bolsa família de ninguém, mas sim dar uma pressionada para que essas crianças que recebem o benefício permaneçam nas escolas até porque umas das condicionalidades de se receber o bolsa família é a criança estar na escola”*.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2017):

Ao ingressar no programa, os usuários devem estar atentos às chamadas condicionalidades do Bolsa Família, que são compromissos assumidos pelos beneficiários e pelo poder público para a superação da pobreza. Na área da educação, Crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos devem ter, no mínimo, 85% de presença nas aulas. Para jovens de 16 a 17 anos, a frequência mínima exigida é de 75%.

E relata que teria que ser uma questão que partisse do gestor da bolsa família no Município, mas como muitas vezes a rede não funciona obteve então essa ideia porque os índices de infrequência e de evasão escolar estão muito alta no Município.

A (entrevistada) deixa claro que *“o Serviço Social não é Escolar e também não é de gestão. E sim um Serviço Social que fica no meio do caminho hoje porque não temos mais profissionais e assim não conseguimos estruturar. Então fazemos um Serviço Social Educacional, mas a gente tenta atender as demandas das Escolas”*.

5.2.1 PERFIL DA ENTREVISTADA

A assistente social inserida na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos/PR é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral desde agosto de 2010, especializada em Questão Social na perspectiva interdisciplinar e está cursando Alternativas para uma nova Educação.

Segundo Souza (2017) em setembro do mesmo ano a (entrevistada) foi contratada para trabalhar no Município de Cerro Azul em regime de Processo Seletivo Simplificado, foi cedida ao Tribunal de Justiça e técnica de referência da

Proteção Especial abrangendo abrigo, suporte ao Conselho Tutelar e articulação em rede por um ano.

A partir desta experiência constatou que precisava partir para outras áreas, então elaborou um projeto para implementar o CRAS Itinerante na área rural do município, já que desde sua formação sentia afinidade em com a área rural, ela atuou no CRAS Itinerante por um ano.

Este projeto foi possível ser realizado através do recurso que o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) disponibilizou para implementação das equipes volantes do CRAS.

A (*entrevistada*) ficou por mais dois anos no CRAS Urbano de Cerro Azul, e com a mudança de gestão retornou ao Município de Matinhos onde trabalhou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) por seis meses. Após esses seis mês retornou a Cerro Azul para trabalhar em regime de Processo Seletivo Simplificado novamente, atuando por mais um ano na gestão. Neste período participou dos concursos das prefeituras de Cerro Azul e Matinhos, sendo que conseguiu passar e ser convocada em ambos, optando por assumir o cargo em Matinhos (SOUZA, p. 48, 2010). Desta forma foi efetivada na Prefeitura de Matinhos em agosto de 2016 assumindo o Serviço Social da Secretaria de educação

5.2.2 DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Devido às diversas expressões da questão social, surgem as mais diversas demandas para o Serviço Social, fazendo com que o assistente social tenha de agir em articulação com a rede e seus profissionais, como professores e demais profissionais do município, buscando incentivar reflexões e ações em prol dos estudantes, das famílias e da comunidade escolar em geral. São lidadas, portanto, questões como saúde, *bullying*, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, violência doméstica ou sexual contra crianças e adolescentes, entre diversas outras situações.

A (*entrevistada*) que "as questões de atendimentos e das demandas que a gente atende muitos são casos de criança com a dificuldade de convivência, com a questão da disciplina, temos um agravante aqui que tem um público muito grande de

crianças que são de famílias de traficantes, famílias de pessoas que são dependentes químicos e que a gente fica um pouco amarrada para trabalhar também. Mas o nosso trabalho aqui na Educação é um trabalho Preventivo isso não pode se esquecer, ele tem suas dimensões, a gente faz um trabalho socioeducativo por meio do Projeto Conviver”.

A (entrevistada) ainda relata ‘que também realiza o trabalho Emergencial que são essas demandas que chegam da violência, da negligência, da evasão e que a gente vai fazer uma orientação pontual, então a gente trabalha de forma indissolúvel com essas duas esferas que é a prevenção, com a socioeducação (para as crianças por ex: que tem dificuldade de convivência e com as famílias também a gente faz um trabalho preventivo e em algumas estancias sócio educativo) também fazemos um pouco do trabalho sócio terapêutico porque muitas vezes temos que acolher a demanda da pessoa seja se ela foi vítima de violência, seja por ela estar em uma situação de risco então temos que acolher pela demanda ou ouvir muito mais do que falar, receber a demanda da pessoa. Então é isso trabalhamos de forma insolúvel com a Prevenção e com a Proteção. O trabalho sócio educativo com as crianças e as famílias e o trabalho emergencial que a gente só faz o encaminhamento para a rede”.

As atribuições do assistente social na área da educação dizem respeito aos seguintes itens:

Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola; Elaboração de Plano de Trabalho da equipe, contemplando ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território; Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar; Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas; Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil sócio econômico-cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas; Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde; Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida; Participação semanal em reunião de supervisão e planejamento (CFESS, 2014).

O trabalho realizado pela Assistente Social em Matinhos (2018) ocorre no atendimento das oito Escolas municipais, quatorze CMEI'S e o programa Saberes

do município de Matinhos PR. São alunos entre 0 a 15 anos que estão em situação de infrequência e evasão escolar, além dos que apresentam suspeita de maus tratos, vulnerabilidade social, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outras expressões da questão social.

Não é realizada seleção para atendimento, ele se efetua através da demanda que os diretores ou coordenadores das escolas encaminham através de uma ficha onde são colocadas todas as informações sobre o aluno e o responsável, juntamente com o seu endereço e ações já realizadas pela instituição na tentativa de reaproximar este aluno e essa família.

Quando a assistente social recebe a demanda das Escolas ou através de denúncias da comunidade, e o caso ainda não tenha sido atendido pela equipe multiprofissional da educação, é feito o cadastro da criança e de sua família, para que possa ficar arquivada a existência de um atendimento já realizado a esta família.

DE LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T.; e DAL PRÁ, K.R., 2007; ressalta a importância do registro de informação:

“Assim, ao serem registrados os atendimentos individuais, constatam-se demandas que são postas ao serviço. E aos Assistentes Sociais cabe realizar a caracterização dessa demanda, problematizar o contexto que determina os limites do serviço e da própria ação profissional e atentar para as possibilidades que possam existir e que de imediato não se manifestam.” (LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T.; e DAL PRÁ, K.R., 2007, Pg.10).

Lima, Mito e Dal Prá entendem que:

A documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação, realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos (individuais, familiares ou de reuniões e de assembleias) realizados em instituições ou em domicílios, dentre outros (LIMA, MIOTO, DAL PRÁ, 2007, p.95).

Quando o atendimento se efetua, pelas faltas excessivas ou pela desistência do aluno no âmbito escolar, a Escola tenta buscar alternativas para orientar os responsáveis sobre a obrigatoriedade da presença e permanência da criança na escola.

O caso de alunos e famílias que já foram atendidas inúmeras vezes, mas continua em infrequência escolar, a Escola depois de esgotar todos os seus

recursos encaminha ao Conselho Tutelar (Unidade de Atendimento que compõe a Rede de Proteção à criança e ao adolescente), que tomará as devidas providências.

Quando o caso atendido demanda cuidados pelo risco da integridade física e psicológica como, por exemplo, suspeita de abuso sexual é necessário realizar uma conversa com a criança, seus familiares e professores na tentativa de identificar a veracidade da denúncia para que se possam encaminhar as unidades pertencentes à rede que compete normalmente o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para que se possa dar o encaminhamento do caso junto ao Ministério Público.

5.2.3 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O Assistente Social da Educação de Matinhos tem como recurso a busca ativa das famílias, através de visitas domiciliares, que são realizadas quando necessitam de acompanhamento e de uma intervenção.

A busca ativa é uma estratégia adotada inicialmente pela política de assistência social para localizar e inserir as famílias e os indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco nos serviços socioassistenciais do SUAS.

Atualmente o Plano Brasil Sem Miséria também adotou a estratégia de busca ativa para alcançar a população que não tem acesso a serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social.

Segundo as orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social a busca ativa refere-se:

Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (BRASIL, 2009b, p. 29).

É através das visitas domiciliares que o assistente social pode conhecer o comportamento do aluno com a família e vizinhança. Como também verificar as atitudes e convivência afetiva entre toda a família.

Quando um profissional realiza uma visita domiciliar, todo contexto é parte da intervenção. O bairro, os vizinhos fazem parte da realidade do usuário, e a observação do ambiente contribui para a compreensão dessa realidade. Todo sujeito apresenta uma ligação importante com seu ambiente social, com sua família, com outros membros de sua rede. Não podemos, portanto, isolá-lo do processo. Lopes (2010, p. 79)

Em um primeiro momento, tenta-se entrar em contato com a família e solicitar a vinda dos responsáveis à escola, no caso de filhos em situação de infrequência escolar.

Nas visitas domiciliares realizadas, notando-se a necessidade de programas de auxílio, é feita a orientação para que a família procure o Centro de Cidadania e faça seu cadastro para o recebimento.

Conta-se também com o Programa de combate à Evasão Escolas – FICA (ficha comunicativa do aluno ausente), que é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, representantes Municipais, Conselhos Tutelares, Ministério Público, pais, alunos e comunidade para combater a evasão escolar de alunos menores de 18 anos.

Um dos instrumentos do programa é a Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA), utilizada para controlar a frequência dos alunos. Quando o professor constata a ausência do aluno, por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados, no período de um mês, encaminha o caso à coordenadora pedagógica de sua escola, a coordenadora irá entrar em contato com os responsáveis pela criança para identificar o motivo de tantas faltas, se depois da orientação da coordenadora ao responsável a criança continuar faltando, é necessário que a mesma encaminhe o caso para o Conselho Tutelar para que ela possa tomar as devidas providências e preencher a ficha FICA do aluno como está previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

E o Conselho Tutelar em trabalho junto com a Assistente Social da Educação fazem uma reunião para essas famílias onde há crianças que estão com infrequência escolar. Portanto o Conselho Tutelar notifica as famílias e passa para a Assistente Social que realiza uma reunião uma vez ao mês e orienta essas famílias mostrando a importância dos mesmos estarem dentro das salas de aula e assim garantir o seus direitos.

O Serviço Social junto à Secretaria de Educação buscando um trabalho mais eficiente em seus encaminhamentos busca agir em conjunto com a Rede de Proteção do Município que são: Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, APAE, Ministério Público, entre outros.

Faleiros (1999) aponta as dimensões políticas do trabalho em rede:

A rede é uma articulação de atores em torno, vamos nos expressar assim, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança de comportamento [...] (FALEIROS, 1999, p. 25).

A (entrevistada) relata que os *“aportes teórico-metodológicos e ético-políticos utilizados nos atendimentos são a Legislação, código de ética, legislação específica da área da criança, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), as resoluções do Conanda (O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)”*.

Mas os principais são as legislações específicas dos direitos da Criança e do adolescente, da família, Estatuto do idoso, Estatuto da pessoa com deficiência, porque às vezes chega em uma casa que tem muitos contextos então é preciso conhecer e compreender um pouco de cada legislação para poder atender todas as demandas.

Segundo o artigo de Charles Toniolo (2008 p. 121) na dimensão ético-política o assistente social não pode ser neutro. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, relações essas que são contraditórias.

Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática.

Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade.

E ainda Charles Toniolo (2008, p.122) relata que na competência teórico-metodológica o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social,

política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais.

O Assistente Social tem como auxílio teórico-metodológico o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento da Escola Inserida, Políticas Públicas LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), PNE (Plano Nacional de Educação), Constituição Federal parte sobre direitos sociais, Código de ética do SS, Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/1993) e Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

5.2.4 CONDIÇÕES ÉTICAS E TÉCNICAS PARA O TRABALHO

A (entrevistada) relata que *“é proporcionado o acesso nas questões físicas como computador com internet, telefone, acesso ao carro e local de trabalho”*.

A sala da assistente social ficava dentro da Secretaria Municipal de Educação, mas agora ela se mudou para outro local chamado CAEEM (uma nova proposta de um Centro de Atendimento Especializado de Educação Especial) onde serão feitas as avaliações psico-educacional, tanto para avaliar a dificuldade de aprendizagem quanto para concessão de professor de Apoio do PAC (Professor de Apoio à Comunicação Alternativa) e que também a proposta é que venham profissionais quando tiver o concurso para fazer os atendimentos de Fono, Neuro, Psicólogo, Assistente Social etc.

A (entrevistada) *“ainda relata que mudou de prédio, mas ainda não está enquadrada dentro da Educação Especial, pois continua fazendo o mesmo serviço que é o Serviço Social Educacional”*.

Desta forma, existem muitos impasses a serem enfrentados, serviços precários, burocracia que impede o exercício de muitas funções, uma rede que não funciona, dentre muitos desafios que precisam ser melhorados e ter uma profissional efetiva para a educação é um ganho para toda comunidade, são muitas as expressões da questão social atendida todos os dias e muitas delas solucionadas.

São notáveis os impasses que a Assistente Social tem para realizar seus atendimentos, pois o trabalho em rede no Município é muito complicado e á muita negligência, o atendimento pela educação é realizado, mas quando o caso é encaminhado para outros setores, muitos deles simplesmente estacionam, além de não recebermos um retorno.

A rede entre os equipamentos existe, mas de forma ineficaz, acredita-se que quando os equipamentos não identificam e reconhecem suas atribuições, esta rede não trabalha de forma eficiente.

O transporte para as visitas domiciliares não é específico para o trabalho e sim cedido pela Secretaria de Educação com agendamento antecedente, o que às vezes dificulta o trabalho da mesma que poderia ser melhor executado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relata sobre as contribuições da inserção do profissional em Serviço Social na educação, através da pesquisa feita e motivada pela experiência no estágio obrigatório na Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos/Pr.

Para a contextualização do tema, inicialmente buscou-se apresentar a educação como direito fundamental, através de um resgate sobre a Política de Educação, apresentando também a inserção do Serviço Social na educação mostrando a importância desse profissional na efetivação de direitos na educação, em seguida a inserção desse profissional voltada ao Município de Matinhos/PR com auxílio do projeto de intervenção realizado no período de estágio além da entrevista com a Assistente Social que está atualmente inserida nesse espaço.

Foi possível observar através da experiência de estágio na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos/Pr, que a intervenção do assistente social em demandas que envolvem a política de educação, escola e crianças e adolescente é fundamental, pois é este profissional que irá aproximar-se da realidade social dos sujeitos envolvidos, buscando apreendê-la na totalidade.

Utilizando-se dos instrumentos técnico-operativos da profissão, o assistente social buscará desvendar as questões que se encontram ocultas na demanda apresentada, visando conhecer a realidade social dos envolvidos, tal como ela se

manifesta, tendo assim condições de realizar ações e projetos para o enfrentamento das expressões da questão social.

As atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam aquelas realizadas no espaço sócio ocupacional da educação ou em qualquer outro espaço, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993.

No entanto, os desafios são inúmeros, desde o trabalho em equipe multidisciplinar, que envolve desde planejamento até a ação profissional, assim como avaliação dos resultados alcançados. Os maiores desafios do assistente social na educação se encontra no reconhecimento da necessidade da sua inserção neste espaço assim como quais são suas competências e habilidades perante a demanda que a educação apresenta atualmente e que vem se transformando conforme as mudanças da sociedade em geral.

A partir disso, tornou-se possível identificar na prática as contribuições do assistente social na educação, para as equipes multiprofissionais, para os projetos de prevenção e enfrentamento das mais diversas expressões da questão social, que atingem a realidade escolar.

Esse estudo tem influência sobre a reflexão da necessidade do Serviço Social na política de educação e reforça a sua importância e contribuição para esses espaços. O Assistente Social no espaço educacional irá estabelecer a sua função social na luta pela democratização do indivíduo, defesa e garantia de seus direitos sociais, na construção de projetos sociais, no empenho pela qualidade de ensino e desenvolvimento cultural do cidadão, na proteção social das crianças e adolescentes como preconiza a ECA (Estatuto da Criança do Adolescente) e no trabalho com as facetas das expressões da questão social que se revelam nesses espaços.

No decorrer da pesquisa de campo verificou-se sobre os desafios e possibilidades de atuação profissional no campo da educação e a dificuldade de inserção do profissional nesta área.

Foi observado na pesquisa de campo que o Serviço Social tem um papel crucial para o âmbito da educação em razão da sua contribuição para resolver e atenuar as complexas problemáticas sociais que se apresentam nos espaços da educação, tais como: indisciplina, evasão escolar, saúde, bullying, desagregação familiar, desinteresse do estudante, entre outros casos que tem relação com as expressões da questão social.

O Assistente Social na Educação irá se empenhar para que esta realize a sua função social de efetivar os direitos fundamentais relacionados à criança e ao adolescente como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como o direito a cultura.

É necessário que se tenha uma reflexão minuciosa sobre a contribuição e importância da inserção de Assistentes Sociais para a educação visto que se trata de profissionais de cunho social que irão trabalhar pela via da defesa, garantia e viabilização dos direitos dos indivíduos inseridos na esfera educacional.

Conclui-se que o presente estudo é de grande contribuição para se pensar a inserção do Serviço Social como parte integrante da equipe de profissionais nos espaços socioinstitucionais da educação e sua intervenção nesses espaços para a emancipação de direitos e exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney L. T. Apontamentos sobre a política de educação do Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: CAMPOS, Edval Bernardino et al. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2011a. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 15 Outubro 2018.
- Almeida, N. L. T. (2000). O Serviço Social na educação Revista Inscrita, nº 6. Brasília. Bellone, M. L. (2008). Educação à distância (5ª ed.). Campinas: Editora Autores Associados.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- AREQUE, I. C ; SOUZA, J. A. N. O serviço social no enfrentamento da evasão escolar através do centro municipal de atendimento sócio-psicopedagógico ao educando – CEMASP. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB**, ano V, v. IX, jan-jun, p. 103-114, 2009.
- BOLORINO, Eliana, Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania / Eliana Bolorino, Canteiro Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A Educação Brasileira: Concepções, Princípios, Deveres, Direitos e Sistemas de Ensino. In: Estrutura e funcionamento do ensino. São Paulo: Avercamp, 2004. p. 17-43
- BRASIL. (b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, Brasília, 2009.
- BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2012.
- BULL, T. G. Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social. **Serviço Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 65-89, jul./dez. 2011.
- CAMILO, Lindsay Susan; CORDEIRO, Priscila Tatiane. **A atuação do Assistente Social nas escolas Municipais de Franca pós- 1996**, Franca, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Campus de Franca, para a obtenção de título de Assistente Social)
- CAMPOS, L. D. S.; DAVID, C. M. O profissional de serviço social no ambiente escolar, uma vivência prática. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 269-294, 2010.
- CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Resolução CFESS no 273/1993.

CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais n.3) Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 13 Outubro. 2018.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em: 22 de Outubro de 2018

CFESS. **Regulamentação da Profissão**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em 13 de Outubro de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1997, (p. 145-165).

GRESS, **O Trabalho do Serviço Social na Educação: Democratizando as relações pela conquista da cidadania**. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf>. Acesso em: 13 de Outubro de 2018.

DE LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T.; e DAL PRÁ, K.R., 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1048>>. Acessado em 15 de Outubro de 2018.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 22 de Outubro de 2018

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FRANÇA, R. M. S. ; FERREIRA, M. D. M. **As políticas públicas e a efetivação dos direitos humanos pós Constituição Brasileira de 1988**. Emancipação, Ponta Grossa, PR, v. 12, n. 2, p. 181-191, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed- São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2** / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ed, São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INFOESCOLA – Navegando e Aprendendo. **Política Educacional**. Notícia publicada em 20/05/2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>> Acesso em: 06 de Novembro de 2018

LOPES, A. C. ; ANDRADE, D. L. ; CONCEIÇÃO, M. M. L. Serviço social na área da educação. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Gestão Social e Desenvolvimento no século XXI**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p. 1-7, 2007.

LOPES, M. S. M. (2008). Introdução ao serviço social. Canoas: Editora ulbra.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 22 de outubro 2018.

LEI – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acessado em 13 de Outubro de 2018

LEI MUNICIPAL - **Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-matinhos-pr>>. Acessado em : 23 de Outubro de 2018.

MARONEZE, L. F. Z. ; LARA, A. M. B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado. In: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, PUCPR, Paraná, p 15, 2009.

MARQUIORO, Daniela Cristina. O SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43932/Daniela%20Cristina%20Marquioro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 28 de Outubro de 2018.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político.** In: SILVA, Marcela Mary José (org). Serviço Social na Educação: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

MARTINS, E.B.C. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania.** 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC. São Paulo. 2007. p. 174 /175.

MDS. Publicado em 08/09/2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>>. Acessado em: 20 de Outubro de 2018.

MEC/SEPPPIR. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: MEC /SEPPPIR,2004.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2003.

NETTO, A. S. A. Legislação e política educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 725-734, 1995.

NOVAIS, L. C. C. et al. Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, A. F. ; PIZZIO, A. ; FRANÇA. G. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Editora PUC, Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, A. S. Família: um desafio para os assistentes sociais. **Âmbito Jurídico**, 2013. Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle. Infoescola – **Financiamento da Educação.** 2010.Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/financiamento-da-educacao/>>. Acessado em 06/11/2018.

PASTORINI, A. **A categoria: questão social em debate.** São Paulo, SP: Cortez, 2004 (Questões da nossa época, v. 19).

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** Editora: Cultura Acadêmica, UNESP, São Paulo, 2009a, p. 236.

PIANA, M. C. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009b.

PREFEITURA **Municipal de Matinhos.** Publicado em 15/08/2018. Acesso disponível em: <<http://ti.matinhos.pr.gov.br:8888/wiki/doku.php?id=secretaria-de-educacao>>. Acessado em 13 de Outubro de 2018.

QUINTÃO, A. Políticas públicas sociais e o desafio da integração. In: **O serviço social e as políticas públicas de educação**. Cáp. 1, p. 1-3, 2013. Disponível em: <http://www.andrequintao.com.br/arquivos/servico_social.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. História da educação no Brasil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996a.

ROSSA, A. Serviço social na educação. 2011, p. 85. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**, Toledo, 2011.

SANTANA, Romulo Augusto Friedrich. A ATUAÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47157/ROMULO%20AUGUSTO%20FRIEDRICH%20SANTANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. acessado em: 28 de Outubro de 2018

SANTOS, A. M. “Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social”. Revista Virtual Partes. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>>. Acesso em 13 Out.2018

SERRANO. O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO. Disponível em: <<HTTPS://MEUARTIGO.BRASILOSCOLA.UOL.COM.BR/EDUCACAO/O-PAPEL-ESCOLA-NA-FORMACAO-CIDADAIO.HTM>>. Acesso em 13 Out.2018

SOUZA, Gilceleide Maria C.- **UNIFEV. Centro Universitário de Votuporanga** Disponível em: <<file:///E:/UFPR/TCC/TCCS/484-1436-1-SM.pdf>>. Acessado em: 02 de Novembro de 2018.

SOUZA, Lidiane Martins Rodrigues. O PROCESSO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR. (2017). Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54820/LIDIANE%20MARTINS%20RODRIGUES%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 15 de Outubro de 2018.

Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

Serviço Social na Educação 2018. DARLENE VENÂNCIO DINIZ. Disponível em: <<https://www.facebook.com/assistentesocialdarlenevenanciodiniz/>>. Acessado em 10 de Novembro de 2018.

SOARES, Nanci. **As relações mãe- creche – criança: relações afetivas**. 1. ed. 1998. Série Serviço Social, v. 1.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação**: uma questão em debate. In: Interface- Natal/RN- v.2-n.1- jan/jun 2005.

Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação. Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação. Brasília: 2011

SCHNEIDER, G.; HERNANDORENA, M. C. Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012. SOUZA, I. L. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: Revista Interface, Natal, v.2, n. 1. 1995.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, jul-dez. 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Obs: Esta entrevista tem como viés estrito a produção de conhecimento sobre o campo de atuação do/a Assistente Social a partir da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso. É resguardado o sigilo dos/as participantes

Nome: (apenas para fins de identificação da pesquisadora – não aparecerá no trabalho final)

- **Ano de formação em Serviço Social:**
- **Tempo de atuação como Assistente Social:**
- **Possui alguma especialização ou pós-graduação?**
- **Local de atuação como assistente social:**
- **Há quanto tempo trabalha neste local?**
- **Como se deu a aproximação da área atual de atuação?**
- **Qual o público atendido e o perfil dessas pessoas atendidas?**
- **Quais as principais demandas que se apresentam ao assistente social nessa área?**
- **Quais são os instrumentais técnico-operativos utilizados cotidianamente? (exemplo: parecer, laudo, entrevista, relatório):**
- **Quais são os aportes teórico-metodológicos e ético-políticos (exemplo: legislações, teorias, metodologia, código de ética da profissão):**
- **As condições éticas e técnicas para a realização do trabalho são suficientemente proporcionadas pela instituição em que trabalha? (exemplo: carro para as entrevistas, sala privativa, computador com acesso a internet, telefone para comunicação...)**
- **Caso as condições éticas e técnicas para o trabalho não sejam suficientes, comente estratégias que poderiam ser utilizadas para a melhoria:**
- **Você gostaria de fazer alguma outra observação sobre qualquer um dos itens? Ou até mesmo comentários que esta pesquisa não contemplou?**

Obrigada!

APÊNDICE B

UFPR LITORAL - Trabalho de Conclusão de Curso- Serviço Social.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa.

Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

A pesquisa será realizada pela estudante Marina da Silva Chagas acadêmica do curso de Serviço Social, em virtude da elaboração de trabalho de conclusão de do curso. A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos-Pr.

O participante tem liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

As informações obtidas serão analisadas sob a orientação da professora Mra. Flavia Fachini do departamento de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, com a livre escolha de divulgar sua identificação ou não.

() Concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

() Não concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li acerca do estudo “Atuação do/a Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos-Pr”.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados, ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e de compensação financeira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

EU _____
residente e domiciliada _____,
portador (a) da Carteira de Identidade Nº _____ nascido em ____ / ____ / ____,
concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa. Declaro que
obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais
esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura da participante

Data:

Assinatura da responsável pelo estudo

Data: